



**“QUÁ’ PATRÃO! ISSO DE CHUVA VEM QUANDO DEUS
‘QUÉ’”: A CIÊNCIA *VERSUS* OS SABERES
TRADICIONAIS NA NARRATIVA DE LIMA BARRETO**

**“HEY BOSS! RAIN COME WHEN GOD WANTS”:
SCIENCE *VERSUS* TRADITIONAL KNOWLEDGE IN
LIMA BARRETO’S NARRATIVE**

Roberta Barros Meira*


Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE

 <https://orcid.org/0000-0001-7739-216X>

rbmeira@gmail.com

Marília Garcia Boldorini**

Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE

 <https://orcid.org/0000-0002-0748-4680>

mariliaboldorini@gmail.com

RESUMO: Este artigo propõe-se a refletir sobre as disputas travadas nos espaços rurais descritas em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, romance escrito por Lima Barreto. O intuito é contextualizar o fortalecimento das ciências agrônômicas durante a Primeira República, mas, sobretudo, analisar o seu impacto nos modos de vida das populações tradicionais do campo. Procura-se discutir o olhar de Lima Barreto sobre as escolhas que marcaram a atuação dos técnicos, a importação de ideias e tecnologias estrangeiras e os processos de resistência das populações rurais.

PALAVRAS-CHAVE: Lima Barreto; História agrária; História da ciência; populações tradicionais.

ABSTRACT: This article aims to think about the disputes that occurred in the country spaces described in *The decline and fall of Policarpo Quaresma*, a novel written by Lima Barreto. The objectives are to contextualize how strong the agronomic sciences were during the First Republic, and, moreover, to analyze their impact in the traditional country populations’ lifestyle. It seeks to discuss Lima Barreto’s perspective about the choices that marked the performance of technicians, the importation of ideas and foreign technologies, and the resistance processes of rural populations.

KEYWORDS: Lima Barreto; agrarian history; science history; traditional populations.

* Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Docente do curso de História e do Programa em Patrimônio Cultural e Sociedade e do Departamento de História da Universidade da Região de Joinville

** Doutoranda em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Univille.

INTRODUÇÃO

O processo de mudança que alterou os espaços urbanos e rurais brasileiros, iniciado no fim do século XIX e que avançou pelo primeiro quartel do século XX, foi descrito de forma minuciosa por Afonso Henriques de Lima Barreto¹ em suas crônicas e romances. Os seus escritos retratam uma paisagem matizada pelos projetos de modernização urbanos e rurais e, igualmente, por resquícios históricos cristalizados na arquitetura, nos traçados das ruas, na alimentação, nas relações com a natureza, nas práticas de cultivo rurais, nas memórias daquilo que se viu e se viveu, nos modos de vida das populações tradicionais, entre outros elementos que caracterizavam o Brasil na Primeira República. Ou seja, memórias e vestígios de parte da população brasileira presentes nos espaços sombreados pelo poder público. Admira-se, portanto, o impacto das histórias contadas por Lima Barreto, que colocam em xeque as ideias de civilização e progresso defendidas no Brasil².

Aliás, esses rastros de mulheres e homens guardam detalhes preciosos de uma história excepcionalmente mais rica que a história oficial, marcada pelos processos de resistência das populações tradicionais e por uma “cultura de fresta”³. Nesse sentido, trazer para o primeiro plano outros atores e a existência de novas relações com os espaços e com a natureza pode ter o caráter de aclarar a história de parte da população que parecia para alguns perturbar a paisagem, mas que revela a complexidade dos enredos que construíram a sociedade brasileira.

Osman Lins (1976, p. 74) enfatiza a importância da análise ainda pouco recorrente dos aspectos ligados aos espaços literários. Para ele, o “espaço social” ou “ambiente social” criado pelos literatos pode ter a função tanto de apoiar os personagens como de definir em

¹ Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) foi funcionário público e jornalista. Nascido no Rio de Janeiro, transitava entre a Ilha do Governador, onde morava, e o colégio na então capital do Brasil. Formado, matriculou-se na Escola Politécnica, no centro do Rio de Janeiro. Negro, jamais deixou de sofrer constrangimentos advindos da exclusão social por conta da sua cor. Perdeu a mãe muito cedo e, ainda jovem, largou a escola e passou a trabalhar como amanuense, em razão da situação financeira desfavorável da família, depois que o pai “adoeceu ‘dos nervos’” (SCHWARCZ, 2017, p. 12). Mesmo assim, nunca deixou de lado sua real vocação, a literatura. Criou a revista *Floreal* e escreveu crônicas, contos e romances como *Recordações do escrívão Isaias Caminha* (1909), *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1915) e *Os bruzundangas* (1922). Após três internações em hospício, por causa da vida boêmia, faleceu aos 41 anos, vítima de infarto, atribuído, entre outros fatores, ao consumo excessivo de álcool.

² Para a discussão sobre civilização e progresso, ver: Costa e Schwarcz (2000).

³ Entendemos a resistência das populações tradicionais e a escrita transgressora de Lima Barreto, que subvertem o apagamento dos sujeitos históricos considerados marginais pela elite defendendo uma história para ser lembrada, com base no conceito de “cultura de fresta” ou “saberes de fresta” (SIMAS, 2019), ou seja, as táticas mobilizadas por parte da sociedade vista como marginal ou fora do *status quo* imposto pelo Estado.

algum grau os estratos sociais que eles ocupam. Neste caso, o espaço social apresenta aspectos da “natureza modificada pelo homem”, mas igualmente, de fatores sociais, econômicos e históricos que devem merecer especial cuidado na análise da formação e da luta dos personagens contra as circunstâncias sociais que perpassam os seus cotidianos e resistências. O estilo de vida e as formas de relacionamento com a natureza presente nos espaços sociais retratados *Em Triste Fim de Policarpo Quaresma* marcam a opressão e o abandono dos seus habitantes, assim como os discursos pautados nas ideias de civilização e progresso *versus* o atraso das áreas geográficas fora dos grandes centros urbanos. A nosso ver, por mais que essa visão dicotômica tenha estruturado os discursos da elite do período, Lima Barreto utiliza a descrição das mazelas do Estado, da falta de justiça e da pobreza - que grassavam nos espaços rurais e urbanos - para defender que o campo e a cidade são margens que se misturam no projeto de exclusão social posto em marcha pela elite desde o período colonial.

Por outro lado, a paisagem literária⁴ apresentada por Lima Barreto deixa transparecer elementos por vezes propositalmente ocultados ou categorizados como irrelevantes para a história oficial, que frequentemente evoca a “apologia ao ser monocultural” (SIMAS; RUFINO, 2018, p. 18). As histórias escritas por Lima Barreto aproximam-se muito mais da “história total” e da “história problema” pensada alguns anos depois por Marc Bloch (2001), forjadas, destruídas, esmaecidas ou vibrantes, englobando temas que se encontram na esfera da história ambiental, da geografia, do urbanismo – até a história dos diferentes sujeitos históricos –, e compondo com os seus vários tons as imagens da sociedade. E é Olga, personagem feminina central da obra *Triste fim de Policarpo Quaresma*, que questiona fortemente os arcabouços da sociedade brasileira, apresentando a proposta de uma história que engloba o viés da longa duração, mas que ao mesmo tempo agrega sujeitos históricos apagados e elementos do cotidiano e do presente na tessitura da história:

Saiu e andou. Olhou os céus, os ares, as árvores de Santa Teresa, e se lembrou que, por essas terras, já tinham errado tribos selvagens, das quais um dos chefes se orgulhava de ter no sangue o sangue de dez mil inimigos. Fora há quatro séculos. Olhou de novo o céu, os ares, as árvores de Santa Teresa, as casas, as igrejas; viu os bondes passarem; uma locomotiva apitou; um carro puxado por uma locomotiva parrelha,

⁴ Michael Collot (2012) observa que a paisagem literária pode ser compreendida pelo seu horizonte interno, que pode aclarar pontos cegos como aqueles ressaltados por Lima Barreto, ou seja, os pequenos agricultores, os saberes tradicionais e as desigualdades sociais nos espaços rurais. As narrativas oficiais do período enfatizam prioritariamente o horizonte externo, que defendia como progresso uma paisagem formada pela monocultura, pela agricultura científica e pela concentração de terras pela elite.

atravessou-lhe na frente, quando já a entrar no campo [...]. Tinha havido grandes e inúmeras modificações nos aspectos, na fisionomia da terra, talvez no clima (LIMA BARRETO, 2005, p. 411).

Os processos de resistência presentes em uma história que abarca os povos indígenas, as tensões sociais, os processos de urbanização, o patrimônio ambiental, as mudanças climáticas, entre outros comprovam a permanência de elementos que podem, como explica Haruki Murakami (2020, p. 12), “ribombar em céu azul” das narrativas da elite agrária e intelectual do país⁵. É preciso que se considere que Lima Barreto se autodefinia como um autor que escrevia uma “literatura militante [...] impactada por seu próprio contexto social” (SCHWARCZ, 2017, p. 13). Ou seja, os seus romances e crônicas apresentam uma visão oposta à história oficial ao inserir novos atores e negar um cenário monocromático tanto nos espaços rurais como nos espaços urbanos do Brasil.

Nesse sentido, nosso interesse diz respeito às condições do rural que extrapolam a “grande lavoura”⁶, apresentada nos dados utilizados no texto literário de Lima Barreto que deixam ver o “universo das culturas tradicionais do homem do campo” e sua capacidade de resistir (CANDIDO, 1964, p. 25). É a realidade desses sujeitos históricos silenciados que Lima Barreto indaga, subvertendo a narrativa da vocação agrícola do Brasil e a imagem de natureza dadivosa e inesgotável. A realidade do campo brasileiro apresentada pelo autor impacta pela relação indissolúvel entre cultura, violência e degradação crescente dos espaços naturais e humanos. Uma das particularidades de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, romance publicado em 1915, é questionar ironicamente a visão idílica das riquezas naturais⁷ de um país que nascia, como ressaltava Francisco Manuel da Silva no Hino Nacional brasileiro, “gigante pela própria natureza”⁸. A narrativa irônica explicitada nos arroubos patrióticos de Policarpo Quaresma, que reproduzia quase que *ipsis litteris* “o entusiástico e

⁵ Para Murakami (2020), a expressão pode ser entendida como o impacto dos processos de mudança ou de transgressão da ordem, ou seja, “quando o dia está bonito, mas cai um raio de repente” (MURAKAMI, 2020, p. 12).

⁶ O conceito de “grande lavoura” é utilizado para definir as grandes unidades agrícolas com produção em larga escala, monocultoras e voltadas para o mercado externo. Ver: Canabrava (1997).

⁷ Ver: Meira, Boldorini e Carelli (2021).

⁸ Segundo José Luiz Fiorin (2018, p. 72), a identidade nacional brasileira expressa no Hino Nacional se apoia principalmente na valorização do espaço, acentuando a beleza e a grandeza da natureza. O romantismo recuperaria o edenismo de Pita. Para ele, “a história cede lugar à geografia. Natureza e nação estão indissociavelmente ligadas. O que constitui a brasilidade não são as características étnicas, bélicas ou culturais, mas naturais. Há um sentimento generalizado que se orgulha mais da natureza, das belezas naturais do meio ambiente, do que do brasileiro e do processo histórico de formação da nacionalidade” (FIORIN, 2018, p. 72).

gongórico Rocha Pita”⁹ remete o leitor ao argumento defendido por Lima Barreto (2005, p. 266) de que as ideias não são inofensivas e se podem sempre identificar nas entrelinhas desses discursos os males que acompanhavam os projetos de ocupação do território e das ideias de progresso¹⁰.

Dessa maneira, a montagem do cenário do romance possibilita avançar sobre a história agrária e um universo rural que se moldou trazendo no seu bojo tanto uma *visão do paraíso*, com seus eldorados de gêneros agrícolas e minerais¹¹, quanto igualmente o seu reverso: terras inférteis e insalubres, sem retribuição de benefícios para a imensa maioria das chamadas reservas humanas e florestais¹². Ou seja, a implementação do que Warren Dean (1997) chama de “desenvolvimento insustentável”¹³. Releva notar que a história do

⁹ Sebastião da Rocha Pita nasceu em Salvador (BA), em 1660, pertencia a elite açucareira da colônia e foi um dos fundadores da Academia Brasileira dos Esquecidos (1724). Entre os seus trabalhos, destaca-se *História da América portuguesa*, publicada em 1730. O relato historiográfico feito por Rocha Pita utiliza um tom ufanista que ressalta as riquezas naturais e as potencialidades econômicas do Brasil. Lima Barreto (2005) cita um dos trechos mais conhecidos de Rocha Pita (1976) para enfatizar e questionar o caráter laudatório desse discurso: “Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno, nem madrugada mais bela a aurora; o sol em nenhum outro hemisfério tem os raios mais dourados” (LIMA BARRETO, 2005, p. 266).

¹⁰ Denilson Botelho (2013) defende que Lima Barreto fazia parte de uma vertente contra-hegemônica da imprensa carioca que se contrapunha ao caráter conservador e replicador das ideias da elite do jornalismo brasileiro. O engajamento e a militância adquirida na sua experiência na imprensa se refletem nos romances e nas denúncias da atuação das elites agrárias. *Triste fim de Policarpo Quaresma* representa o processo de abandono e exploração das populações rurais. A possibilidade de perda da posse da terra, a escassez de políticas agrícolas para as populações pobres e as crises de subsistência não faziam parte de um cenário que deveria ser visto por ser contrapor às visões de paraíso e vocação agrícola alardeadas nas revistas agrícolas, na imprensa e na propaganda imigrantista (MEIRA, 2014).

¹¹ Osman Lins (1976) trata do descompasso gerado pelo contraste entre as visões idílicas de Policarpo Quaresma e o meio, ou seja, entre a teoria e o Brasil real. A vocação agrícola esbarra tanto em questões como o mundo natural como na indiferença do Estado. Os insetos que atacavam a lavoura, o desconhecimento da natureza, os impostos, a desigualdade social e a corrupção do Governo marcaram um cenário definido por crises políticas, econômicas e sociais. Valendo-se de uma narrativa que desconstrói pouco a pouco as visões herdadas de Pero Vaz de Caminha e Rocha Pita, Lima Barreto se aproxima aqui da visão jesuítica do paraíso que alberga elementos demoníacos.

¹² Sérgio Buarque de Holanda (2000) destaca os polos de oposição não antagônicos que caracterizaram o Brasil desde o período colonial. Essa visão dualista - ao mesmo tempo que complementar - se aproxima do olhar que Lima Barreto apresentou na narrativa de Quaresma e de Olga. Por um lado, temos a visão paradisíaca marcada pelas descrições edênicas da natureza e pela vocação agrícola. Essa visão seria recuperada por cronistas como Sebastião Rocha Pita na sua *História da América Portuguesa* (1730), reforçando os elementos valorativos da natureza presentes na Carta de Pero Vaz de Caminha. A *História* de Rocha Pita reproduz questões como o clima favorável, a fertilidade do solo, a presença de grandes áreas florestas, a possibilidade de riquezas minerais, dentre outros elementos das riquezas naturais que interessavam a Coroa Portuguesa. O reverso da moeda seria a visão negativa encontrada nas cartas jesuíticas. Nesse caso, os homens e mulheres que habitavam o território seriam vinculados ao atraso e à influência demoníaca. Essa pretensa desarmonia de visões não seria dicotômica ou excludente na visão de Sérgio Buarque de Holanda, resultando tanto em descrições grandiloquentes da natureza, como na destruição do patrimônio ambiental, na exploração da mão-de-obra das populações indígenas e africanas e na concentração de terra e capitais nas mãos da elite.

¹³ Warren Dean (1997) parte da inversão do conceito de “desenvolvimento sustentável” para discutir o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil. A permanência do sistema agrícola adotado no período colonial no Império e na República, tendo como base o tripé escravidão, monocultura e concentração de

Brasil seria marcada tanto pela destruição da sua fauna e flora como pela adoção de um projeto que priorizava a grande lavoura e uma profunda violência contra as populações tradicionais desde o período colonial (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Ocorreu um movimento de naturalização da exploração da natureza e das populações tradicionais, pelo grau de proveito a se alcançar pelo avanço para novas terras virgens e férteis da fronteira ou pela expulsão dos pequenos agricultores. Os recursos naturais, como uma das principais artérias que sustentavam o progresso econômico e a identidade do país, geraram tanto visões idílicas sobre a natureza como mau uso dos recursos indispensáveis à vida, o que, em maior ou menor escala, criou uma ambiguidade desbalanceada entre progresso, desigualdade social e degradação ambiental. A falácia da equação apresentada pela elite foi exposta por Lima Barreto no próprio nome dado ao protagonista da obra. Policarpo, conforme o dicionário (*apud* SCHWARCZ, 2017), indica aquele que tem e produz muitos frutos, enquanto Quaresma consiste em um tipo de coqueiro que, pela forte presença nos mapas seiscentistas brasileiros, virou símbolo da nacionalidade. “Desse modo, ela [a árvore] se tornou ícone maior do nosso ufanismo, e o personagem não poderia ser homenageado mais ao revés. Se ele se dedicava à agricultura do país, também se desencantou com a falta de frutos e resultados” (SCHWARCZ, 2017, p. 310).

Este artigo propõe-se a discutir a visão de Lima Barreto sobre os espaços rurais no que diz respeito principalmente aos embates entre a agricultura tradicional e as ciências agrônômicas e o processo de opressão dos modos de vida tradicional e a resistência das mulheres e dos homens do campo. A análise que segue busca explorar os dados presentes no romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Fundamenta-se na perspectiva teórica baseada na visão de Sidney Chalhoub e Leonardo Affonso Pereira (1998, p. 7)¹⁴, ou seja, na

terras, geraria o esgotamento dos recursos naturais e a destruição do patrimônio ambiental, o aumento da desigualdade social, a concentração de terras. Ou seja, o Brasil afastava-se do progresso propagandeado pela elite para adentrar cada vez mais em um cenário em que os processos de modernização não distribuem riqueza, mas sim “riscos” e escassez. Ver: Beck (2011).

¹⁴ As obras de Sidney Chalhoub e Leonardo Affonso Pereira embasam-se na perspectiva teórica e metodológica da história social. A entendimento que a literatura é produzida historicamente, podendo ser considerado como fonte primária, tem permeado os debates historiográficos de forma mais explícita desde a escola dos Annales. Vê-se, assim, uma maior oposição à história tradicional e o alargamento das fontes primárias, dos objetos de estudo e dos métodos de análise. Decorrente da circulação das ideias que abrangeu vários países, a historiografia brasileira ampliou o diálogo interdisciplinar, introduzindo novos problemas de análise que incluíam as fontes oficiais, mas igualmente, fontes ainda pouco trabalhadas. Essa Nova História dará um salto importante ao trazer a análise do texto literário considerando os contextos históricos e a lógica social do texto escrito através dos indícios deixados tanto na vida dos personagens como do próprio escritor que permeia as interseções entre a ficção e a realidade. Ademais, Pereira e Chalhoub (1998, p. 8) defendem que a questão central não passa necessariamente por determinar o caráter ficcional ou não do testemunho histórico, uma vez que a análise de uma fonte deve seguir os mesmos passos seja ela um livro de atas, um processo criminal ou um romance, cabendo o mesmo interrogatório

“necessidade de historicizar a obra literária”, interrogá-la como fonte primária e transformá-la em um “testemunho histórico”, inserindo a literatura no “movimento da sociedade”.

O ÍMPETO DO PROGRESSO CIENTÍFICO AGRÍCOLA E OS SABERES TRADICIONAIS

Além de maior intervenção do poder do Estado, a Primeira República foi um período de avanço dos espaços de poder dos técnicos agrários. As ciências agrônômicas progressivamente ganharam força nos espaços institucionais, políticos e intelectuais. A mensagem dos técnicos era clara: era preciso desacostumar os agricultores dos velhos hábitos e transformar o mundo rural de acordo com as novas práticas exigidas pela ciência. Fazia-se necessário estudar os solos e as variedades de plantas, aplicar a química e a botânica. No Brasil, como lembra Domingues (1995)¹⁵, ocorreu uma relação mais estreita entre a agricultura e a ciência desde os anos de 1860, processo que se aprofundaria na Primeira República. Essas novas formas de pensar a terra e de lidar com ela seriam logo tentadas por Policarpo Quaresma quando ele trocou a vida da cidade pelo campo. A racionalização das práticas de cultivo e a aplicação de maquinário e técnicas propostas pela agronomia deveriam redefinir os padrões de cultivo e a produtividade agrícola.

Acabado esse inventário, passou duas semanas a organizar sua biblioteca agrícola e uma relação de instrumentos meteorológicos para auxiliar o trabalho na lavoura [...]. O Major logo organizou um museu de produtos naturais do “Sossego”. As espécies florestais e campesinas foram etiquetadas com os seus nomes vulgares, e quando era possível com os científicos. Os arbustos, em herbário, e as madeiras, em pequenos tocos, seccionados longitudinal e transversalmente. [...] Os azares de leituras tinham-no levado a estudar as ciências naturais e o furor autodidata dera a Quaresma sólidas noções de botânica, mineralogia e geologia [...]. Encomendou livros nacionais, franceses, portugueses (LIMA BARRETO, 2005, p. 313-314).

Para os técnicos, a ciência e a agricultura deveriam passar a andar juntas, numa identificação que permitiria que o Brasil se aproximasse dos modelos ideais vislumbrados principalmente nos países europeus e nos Estados Unidos. A circulação de ideias das

sobre a “relação entre aquilo que diz e o real”, ou seja, “O bê-á-bá do ofício do historiador social é o mesmo, na análise da fonte literária, parlamentar, jornalística, jurídica, iconográfica, médica, ou seja lá o que mais”. Para a análise do texto literário e a História social ver: NEVES (1995) e CARDOSO e VAINFAS (1997).

¹⁵ Heloisa Maria Bertol Domingues (1995, p. 201) destaca a criação do Ministério da Agricultura e dos institutos agrícolas.

ciências agrônômicas teria a sua base ampliada pela rede de técnicos que comunicava pesquisadores de diversos países. O Brasil ver-se-ia fortemente influenciado pela posição adotada em outros países, como pelos impactos do ensino agrícola na França, país que passou por um importante desenvolvimento com a criação de escolas práticas, a introdução do ensino da agricultura na escola primária e, sobretudo, a recuperação da importância do Instituto Nacional de Agronomia. O mesmo processo ocorreu nos Estados Unidos, onde as ciências aplicadas à agricultura conheceram as mais variadas condições para a rápida institucionalização, sob o efeito conjugado de políticas públicas voltadas para a cientificação da produção e o crescimento considerável da oferta de ensino especializado (MENDONÇA, 1998).

No Brasil, aqueles mesmos homens que defendiam ardorosamente a vocação agrícola veriam com interesse a transformação que se daria na agricultura de outros países, fazendo-os prever que seria necessário que os mesmos passos fossem dados no país. Interessa notar que o projeto agrícola idealizado, mas não posto em marcha integralmente por esses homens, não foi pensado para ser aplicado unicamente na grande lavoura: envolvia grandes e pequenas propriedades agrícolas. Mendonça (1998) afirma que as ideias de modernização presentes nos discursos do período possuem o ideal de “reformular a todos, grandes e pequenos, resgatando-os do arcaísmo [...], racionalizando e atualizando a vocação agrícola do país às exigências da produção dos capitais e as condições internacionais criadas pelo capitalismo monopolista” (MENDONÇA, 1998, p. 302).

Um ótimo exemplo do tipo de material que se buscou difundir entre os pequenos agricultores é o livreto publicado pelo diretor da Escola Agrícola de Piracicaba Dias Martins (1914) intitulado *ABC da agricultura*. Segundo seu autor, o livro era destinado aos agricultores humildes e, assim, buscava propiciar a substituição das ditas “práticas atrasadas” entre a população rural como um todo. Com esse intuito, dizia ele: “Este livrinho é um conjunto de aplicações práticas, de grosseiros rudimentos de geologia, física, química e botânica e zoologia agrícola, de agricultura geral e economia rural [...], fazendo propaganda popular muito humilde” (DIAS MARTINS, 1914, p. 23). O baixo impacto desse tipo de material pode ser explicado em parte pelos investimentos insuficientes feitos pelo Estado e pela aplicação parcial do projeto de ensino rural pensado no período, que priorizou o ensino superior (MEIRA, 2017).

Como sabido, uma das práticas agrícolas brasileiras mais criticadas pelos técnicos era a coivara. Faz-se preciso que se atente para o fato de que a agricultura intensiva começava a ocupar lugar de realce nos discursos agrícolas do século XX. Para as áreas que

sofriam com o escasseamento das áreas virgens, o abandono do sistema extensivo tornava-se mais atraente. Para além das questões econômicas, havia o conhecimento agrícola de séculos, passado de pai para filho, que seria fortemente negado tanto pelos engenheiros agrônomos como pelos seus entusiastas. Como aclara Capistrano de Abreu (1897), as práticas indígenas de cultivo foram fortemente incorporadas à agricultura, utilizando-se no campo brasileiro quase majoritariamente dessa forma de plantio:

O trabalho da mata virgem faz-se do seguinte modo: consiste a primeira operação na roçagem que é, mediante força, deitar abaixo o mato mais fino. A segunda é a derrubada na qual a machado se acomete o arvoredo maior. [...] É a terceira operação tocar fogo no mato derrubado, quando seco e reduzi-lo a cinzas para que dê lugar à plantação. [...] Estes foram o que os primeiros colonos europeus, armados de ferramenta incomparavelmente superior, aprenderam e transmitiram a seus descendentes, que ainda os praticam (ABREU, 1897, p. 17).

O antigo sistema de coivara, adaptado em parte das práticas agrícolas indígenas para a grande lavoura e ainda praticamente hegemônico no período dos escritos de Lima Barreto, foi questionado pelos agrônomos, que desejavam a introdução das novas técnicas de cultivo na lavoura espelhadas nos modelos europeu e norte-americano. De qualquer modo, esse processo de mudança nos espaços agrícolas era de difícil execução e extremamente prolongado. É preciso que se atente para o fato de Quaresma se negar a colocar fogo para preparar o terreno para o plantio. Embora fosse contrário à necessidade do uso de adubos – “pois se temos as terras mais férteis do mundo!” (LIMA BARRETO, 2005, p. 332) –, era necessário cuidar para não destruir a fertilidade do solo.

Quaresma, porém, não lhe quisera atar fogo. Evitava assim calcinar o terreno, eliminando dele os princípios voláteis ao fogo. Agora seu trabalho era separar os paus mais grossos, para aproveitar como lenha; os galhos miúdos e folhas, ele removia para longe. [...] Isso levava tempo, custava tombos ao seu corpo mal habituado aos cipós e tocos; mas prometia dar um rendimento maior ao plantio (LIMA BARRETO, 2005, p. 332).

Nesse particular, para os técnicos, as questões como a riqueza do solo brasileiro ou o seu clima privilegiado não eram pontos marginais. Serviam para aclarar ainda mais que países muito menos privilegiados que o Brasil nesses quesitos conseguiam sobressair. Esse ponto de vista, no entanto, guarda um pensamento que à primeira vista parece contraditório. Dizia-se que foi por possuir tantas vantagens naturais que o Brasil permaneceu durante tanto tempo estacionário em relação aos seus concorrentes. Essa ressalva, porém, foi feita não no sentido de diminuir o valor das condições naturais do país.

Ao contrário, essas vantagens naturais eram um dos principais motivos em que os técnicos se baseavam para defender a modernização, pois nenhum país poderia fazer frente ao Brasil quando ele alcançasse o mesmo *status* técnico que os seus rivais. Ou seja, o mercado externo seria facilmente retomado¹⁶.

Desse modo, a visão negativa dessa que deveria ser utilizada como uma vantagem esteve mais ligada a condenar o passado e explicar as razões que levaram à crise e ao atraso agrícola do país. Dizia-se nesses anos que a fertilidade da terra era tal que, mesmo sem utilizar adubos, o Brasil conseguia produzir produtos agrícolas de forma mais barata que os outros países produtores. Ao mesmo tempo, o equilíbrio estava dado pelo número menor de concorrentes. Quando essa situação mudou, esse passado passou a ser lastimado. Não que a “excepcional” qualidade da terra brasileira fosse vista de outra maneira, embora já se reconhecesse a necessidade de utilizar adubos nas áreas mais degradadas. Em 1918, o diretor da Estação Geral de Experimentação do Estado do Rio de Janeiro Adrião Caminha Filho (1930) se queixava do fato de a inferioridade do país ainda ser notável, embora contasse com condições mesológicas privilegiadas. A sua fala marca uma forte insatisfação, ao destacar que “países inferiores ao nosso, região apenas, têm maior realce na esfera agrícola científica mundial do que nós outros” (CAMINHA FILHO, 1930, p. 17).

Ademais, outro debate que vinha sendo constantemente travado no cenário agrícola nacional era a necessidade crescente de superar o atraso da agricultura brasileira quando se falava do uso de maquinários mais modernos. Esses instrumentos agrícolas passaram a representar o advento de uma nova fase da agricultura, escorados nos preceitos de racionalidade da produção cunhados pós-Revolução Industrial. Não seria por acaso que o então presidente da Sociedade Nacional da Agricultura e ministro da Agricultura Miguel Calmon Du Pin e Almeida (1922, p. 40) diria nas páginas da revista *A Lavoura* que as máquinas agrícolas eram uma “importação de elementos de progresso e de enriquecimento do país”.

Esse afã de modernização agrícola foi apresentado por Lima Barreto (2005) pela aquisição por Policarpo Quaresma de “termômetros, barômetros, pluviômetros, higrômetros, anemômetros” (LIMA BARRETO, 2005, p. 314) e de “arados de ponta de aço, que tinham chegado com a relha reluzente, de um brilho azulado” (LIMA BARRETO, 2005, p. 395). Tais instrumentos foram usados igualmente de forma simbólica. Ou seja, buscava-se afirmar a agricultura *científica* em detrimento de uma agricultura pensada como atrasada, marcada tanto pela escravidão como pela enxada. Não obstante o discurso que

¹⁶ Ver, por exemplo, as edições da revista *A Lavoura* publicadas durante o período da Primeira República.

alardeava as vantagens da agricultura intensiva, assim como no caso de Quaresma, os resultados alcançados pelo uso de novos maquinários nem sempre eram os esperados pelos grandes agricultores¹⁷. Essa situação é representada na obra literária, por exemplo, pelo fato de, no sítio “Sossego”, Quaresma não ter tido sucesso nas suas previsões meteorológicas, embora fizesse uso de todos os instrumentos tecnológicos necessários, enquanto Felizardo, homem negro que trabalha como empregado na propriedade, confia apenas na vontade de Deus ou na natureza.

O fantasma da escravidão também insuflou os ânimos e seria colocado como um aspecto que impediria a maior difusão das técnicas na agricultura. Assim, da mesma forma que a fertilidade da terra, a mão de obra barata teria contribuído para a rotina que grassava nos espaços rurais brasileiros, pois os seus proprietários não sentiam necessidade de aperfeiçoar seus métodos. Essa visão seria ainda mais enfatizada com a República, pois o dilema sobre a crise da abolição terminou com o Império e a imigração estrangeira acabou por solucionar para a elite agrícola a tão discutida crise da mão de obra escrava (COSTA, 2012)¹⁸. Sobre essa questão, Wenceslao Bello (1906, p. 63) comenta que a floresta e o escravo, ou seja, “o tesouro gratuito e o aviltamento do trabalho”, tinham educado as gerações dos agricultores brasileiros, formando nela um caráter perdulário e anêmico.¹⁹

¹⁷ Ver, por exemplo, a fala dos agricultores que participaram do I Congresso Nacional da Agricultura, em 1901, em: Sociedade Nacional da Agricultura (1907).

¹⁸ Segundo Zuleika Alvim (1998, p. 219), a imigração para o Brasil fez parte dos grandes movimentos populacionais que ocorreram entre 1830-1930. Os imigrantes europeus e japoneses foram atraídos principalmente por um imaginário que se fortaleceu devido à propaganda imigrantista. Os panfletos e manuais produzidos vendiam a ideia de uma “natureza benfazeja”, “afável, gentil, onde tudo se multiplica à larga”, ou seja, que favorecia a produção de alimentos e o uso de recursos florestais vistos como inesgotáveis Brasil. O projeto imigrantista colocado em prática no Brasil envolveu desde a vinda de colonos para suprir a falta de mão de obra nas fazendas cafeeiras como pequenos proprietários que ocupassem as áreas de fronteiras. A colonização implementada principalmente no Sul do Brasil buscou colocar em marcha o projeto de um país civilizado, que diversificasse o binômio senhor/escravo e com técnicas agrícolas mais modernas. No entanto, os colonos enfrentaram problemas que passavam pela falta de infraestrutura, a dificuldade para conseguir os seus lotes de terra e a necessidade de se adaptar as técnicas agrícolas tradicionais dos “caboclos”, como a coivara. A política de branqueamento também se ligou fortemente a imigração, uma vez que os imigrantes europeus, os viajantes e a elite brasileira caracterizariam a população negra no pós-abolição como suja, preguiçosa e perigosa.

¹⁹ Interessa notar que nas *Aventuras do Dr. Bogoloff* (1911) e em *Numa e a Ninfa* (1915), Lima Barreto introduz o personagem de Gregory Petrovich Bogóloff, imigrante russo, que narra de maneira caricatural a sua experiência como imigrante e Diretor da Pecuária Nacional no Brasil. A decisão da elite agrária de atrair mão de obra livre na eminência da abolição e nos anos subsequentes produziu uma vasta documentação ligada à propaganda imigrantista, reforçando a visão idílica ligada às riquezas naturais - já presentes nas cartas de Caminha e nos escritos de Rocha Pita. Como destaca Lima Barreto (2001, p. 4) foram produzidas “brochuras escandalosamente apologéticas da desconhecida república da América do Sul. Nelas se dizia que o Brasil era um país onde não havia frio nem calor; onde tudo nascia com a máxima rapidez; que tinha todos os produtos do globo; era, enfim, o próprio paraíso”. Mas, a realidade vivida pelos imigrantes no Brasil seria marcada por uma experiência desalentadora. Louis Couty (1984), professor adjunto da Faculdade de Medicina do Paris que foi contratado pelo Governo Imperial para exercer a cadeira de Biologia Industrial na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, entre 1879 e 1884, descreveu os problemas gerados pela postura de alguns estadistas e fazendeiros de quererem receber

Como se vê, os danos provocados eram sempre relacionados a aspectos que tinham sido considerados como extremamente vantajosos ao país em algum momento e que o tinham deixado de ser com o acirramento da concorrência mundial, no qual os avanços técnicos passaram a constituir uma arma mais eficaz. Além disso, os técnicos e os grandes agricultores tampouco eram tolos para não perceber que a adoção de máquinas tinha o efeito de poupar o esforço de braços. Interessa aqui notar que Lima Barreto apresentou tanto a solução dada por um grupo de homens viajados e instruídos que formularam as diretrizes das medidas salvacionistas escoradas na Europa e nos Estados Unidos quanto principalmente a sua análise no que se refere à dificuldade de adaptar aos espaços rurais brasileiros os projetos e o maquinário estrangeiros, pensados para cenários e culturas distintos.

As ideias desses homens esbarrariam na recusa por parte tanto dos pequenos como dos grandes agricultores de modificarem suas práticas de cultivo. Ora, o desconhecimento da flora, do clima, do solo, da cultura agrícola da população brasileira se colocou muitas vezes como um empecilho para a aplicação de fato dos projetos pensados por esses técnicos. Ademais, a dificuldade em modificar o uso de técnicas agrícolas seculares, a falta de recursos de muitos dos pequenos agricultores para a compra de maquinário e o malogro de parte do projeto de educação agrícola fariam com que o projeto de modernização da agricultura brasileira fosse implementado em um tempo bastante longo, marcado por medidas estanques e por uma reforma rural feita de forma parcial (PERECIN, 2004).

Pode-se aventar que esse processo que se iniciou mais fortemente no começo do século XX de disputa entre as ciências agrônômicas e os saberes tradicionais encontrou campo fértil para manter-se latente com o passar do tempo pela incapacidade, como foi dito por Boaventura de Sousa Santos (2007, p. 85), do “reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico”. Esse

imigrantes sem transformá-los em cidadãos. Ademais, as primeiras experiências com o sistema de parceria geraria muitos conflitos entre fazendeiros e imigrantes, que se queixavam de serem tratados como escravos. Como ressaltado por Lima Barreto (2001, p. 10) os imigrantes não trouxeram as tão almejadas técnicas modernas, mas sim se adaptaram as técnicas nacionais, voltando-se para o plantio da “cultura da batata doce, do aipim e da abóbora, e nisso imitei os naturais que não faziam senão pedir à terra esses produtos quase espontâneos e respeitados pelos insetos daninhos”. A contratação de técnicos estrangeiros e o abandono das técnicas tradicionais também seria motivo de crítica por parte de Lima Barreto, que destaca as promessas enganosas de um aumento da produção baseado na agricultura científica. O racismo que fortaleceu as políticas raciais e a defesa da imigração europeia também estaria na fala do dr. Bogóloff, “desprezo que tinha pelos homens do Brasil, uma boa dose de preconceito de raça. Aos meus olhos, todos eles eram mais ou menos negros e eu me supunha superior a todos” (BARRETO, 2001, p. 37). Enfim, Lima Barreto enfatizou a corrupção do Estado, os privilégios dados à elite e a manutenção de uma estrutura excludente, patriarcal e racista.

choque entre diferentes tipos de conhecimento seria apresentado por Anastácio, que acabaria se transformando no verdadeiro mentor de Policarpo Quaresma:

Anastácio que o acompanhara, apelava para as suas recordações de antigo escravo da fazenda, e era quem ensinava os nomes dos indivíduos da mata a Quaresma muito lido e sabido em coisas brasileiras. [...] – Para que isso, patrão? A gente sabe logo “de olho” quando chove muito ou pouco [...]. Isso de plantar é capinar, pôr a semente na terra, deixar crescer e apanhar... (LIMA BARRRETO, 2005, p. 314).

Esses saberes aparecem também no relato da atuação de senhá Chica. Os médicos e agrônomos, embora tivessem a sua importância fortalecida na Primeira República, ainda atuavam de forma acanhada, principalmente quando se tratava das áreas fora das grandes cidades ou capitais ou dos pequenos agricultores sem recursos - lembrados na narrativa de Lima Barreto (2005, p. 394): “Enquanto a terapêutica fluídica ou herbácea de senhá Chica atendia aos miseráveis, aos pobretões, a do doutor Campos era requerida pelos mais cultos e ricos, cuja evolução mental exigia a medicina regular e oficial”.

Esses saberes que congregavam conhecimentos seculares das populações indígenas e africanas geravam estranhamentos, descrenças e ironias por parte dos intelectuais do período (CARNEIRO DA CUNHA, 2009). O confronto sem solução entre dois modos de vida e diferentes formas de compreensão do mundo, marcado nos discursos dos técnicos *versus* as práticas das populações rurais, demonstraria a capacidade de resistência e a importância dos saberes tradicionais no país. Havia que se reconhecer que os técnicos da Sociedade Nacional da Agricultura ou do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio ainda geravam o sentimento de “em falta” ou disputavam influência com os saberes de senhá Chica. Como pontua Manoel Correia de Andrade (2004), as civilizações rurais possuem relação mais íntima entre o homem, a água, as plantas e a terra. Para Lima Barreto (2005), essa construção de uma estrutura particular que integra as “memórias verdes”²⁰ das populações tradicionais se forma pelo entrelaçamento entre religiosidades, técnicas agrícolas tradicionais, saberes sobre a natureza, ou o que seriam os “maravilhosos poderes de senhá Chica”:

Um dos mais curiosos, e era contado em toda parte e em toda hora, consistia no afastamento das lagartas. Os vermes haviam dado num feijoal, aos milheiros, cobrindo as folhas e os colmos; o proprietário já desesperado e tinha tudo perdido quando se lembrou dos maravilhosos poderes de Senhá Chica. A velha lá foi. Pôs cruzeiros de graveto pelas bordas das roças, assim como se fizera uma cerca invisível de material

²⁰ Ver Brailovsky e Foguelman (1991).

que neles se apoiasse: deixou uma extremidade aberta e colocou-se no oposto a rezar. Não tardou-se o milagre a verificar-se. Os vermes, num rebanho moroso e serpejante, como se fossem tocados pela vara de um pastor, foram saindo na sua frente, devagar, aos dois, aos quatro, aos cinco, aos dez, aos vinte, e um só não ficou (LIMA BARRETO, 2005, p. 393).

Gilberto Freyre (2004, p. 83) já evocava desde a década de 1930 que no Brasil se desconhecem o nome das árvores e as suas propriedades, fato visto por ele como uma “ignorância vergonhosa”. Esses saberes restavam preservados, todavia, pelos descendentes das populações indígenas e africanas, que salvaguardaram o nome indígena das plantas e os seus usos. Assim, era o negro curandeiro quem conhecia as raízes e ervas que tinham valor para a medicina e para a agricultura. A consequência do distanciamento “entre o dono da terra e a floresta” seria “o nosso quase nenhum amor pela árvore ou pela planta da região” (FREYRE, 2004, p. 83). Esses grandes proprietários ausentes²¹ já eram relacionados por Lima Barreto ao desencanto da paisagem agrária brasileira, mais próxima para alguns desses homens do inferno do que do paraíso.

Será através do olhar de Olga, afilhada de Quaresma, que o campo brasileiro se desvinculou completamente da sua dadivosa vocação agrícola para se apresentar como um cruel espetáculo de pobreza, desigualdades sociais e abandono por parte do poder público. Como aponta Simon Schama (1996, p. 23), as percepções sobre as paisagens agrárias podem representar “os mais acirrados conflitos e os mais violentos dramas sociais”, que opõem modos de vida tradicional aos projetos econômicos das sociedades capitalistas, marcadas pela destruição e pelo monopólio das riquezas naturais. Assim, o contraste entre a realidade vivida e o discurso fabricado e idealizado marcaria a fala de Olga, uma representante da elite que desconhecia até então a realidade das populações rurais pobres do país. Lima Barreto (2005) retomou aqui a ideia do desconhecimento do território e da população brasileira, mas, desta feita, o fascínio pela natureza exótica, tão alabada pelos viajantes europeus, descortina outra paisagem, caracterizada agora pela degradação e pela miséria:

O que mais a impressionou no passeio foi a miséria geral, a falta de cultivo, a pobreza das casas, o ar triste e abatido da gente pobre. Educada na cidade, ela tinha dos roceiros a ideia de que eram felizes, saudáveis e alegres. Havendo tanto barro, tanta água, por que as casas não eram de tijolos e não tinham telhas? Era sempre aquele sapê sinistro e aquele “sopapo” que deixava ver as tramas das varas, como esqueleto

²¹ Gileno Dé Carli [s.d.] chama a atenção para os problemas provocados pela especulação ou pela má gestão dos proprietários ausentes que possuíam vastas extensões de terra no Brasil.

de um doente. Por que ao redor dessas casas não havia culturas, uma horta, um pomar? Não seria tão fácil, trabalho de horas? E não havia gado, nem grande nem pequeno. Era raro uma cabra, um carneiro. Por quê? Mesmo nas fazendas, o espetáculo não era mais animador. Todas soturnas, baixas, quase sem o pomar olente e a horta suculenta. A não ser o café e um milho, aqui e ali, ela não pôde ver outra lavoura, ou indústria agrícola. Não podia ser preguiça só ou indolência. Para o seu gasto, para uso próprio, o homem tem sempre energia para trabalhar. As populações mais acusadas de preguiça, trabalham relativamente. Na África, na Índia, na Cochinchina, em toda a parte, as famílias, as tribos, plantam um pouco, algumas coisas para eles. Seria a terra? Que seria? E todas essas questões desafiavam a sua curiosidade, o seu desejo de saber, e também a sua piedade e simpatia por aqueles párias maltrapilhos, mal alojados, talvez com fome, sorumbáticos!... Aquela era uma situação de camponês da Idade Média (LIMA BARRETO, 2005, p. 337).

O diálogo entre Olga e Felizardo, pequeno proprietário rural e empregado de Quaresma, traz a justificativa encontrada por Lima Barreto para explicar esse Brasil rural conhecido não pela pujança econômica, mas pelo que os estudos de Ricardo Salles (2008, p. 58) identificariam no Vale do Paraíba fluminense: “Assimetria, desigualdade, exploração, violência, opressão”. É de se lembrar, como faz Adrián Zarrilli (2014), que muitas vezes a violência que se exerce contra a natureza é a mesma que abre caminho para a violência contra os homens. Nesse sentido, para ele, a crise ecológica explica-se por um processo de longa duração de intervenções nos ecossistemas. Forja-se assim uma paisagem em que as narrativas de opressão das populações tradicionais ocorrem *pari passu* as perdas do patrimônio ambiental. Por outro lado, a solução proposta pelo governo para a crise da lavoura, ou seja, a imigração europeia, atendia apenas aos interesses dos grandes produtores rurais e dos defensores de uma política de branqueamento²².

– Terra não é nossa... É “frumiga”?... Nós não “tem” ferramenta... Isso é bom para italiano ou “alamão”, que governo dá tudo... Governo não gosta de nós [...].

Ela voltou querendo afastar do espírito aquele desacordo que o camarada indicara, mas não pôde. Era certo. Pela primeira vez notava que o *self-help* do Governo era só para os nacionais; para os outros todos os auxílios e facilidades, não contavam com a sua anterior educação e apoio dos patrícios. E a terra não era dele? Mas, de quem era então, tanta terra abandonada que se encontrava por aí? Ela vira até fazendas fechadas, com as casas em ruínas... Por que esse acaparamento, esses latifúndios inúteis e improdutivos? (LIMA BARRETO, 2005, p. 338).

²² Leandro Amorim Elpo (2012) tem razão ao destacar a preocupação de Lima Barreto em apresentar nas suas obras os lados distintos representados pelo processo de modernização. Ao contrário dos discursos apregoados em prol da modernização, os mais favorecidos tendiam a ser a elite, e as classes mais baixas permaneciam quase sempre apartadas das benesses das políticas implementadas no período no campo ou na cidade.

A solução aqui não passava pelas ciências agronômicas ou médicas, como defenderiam autores como Monteiro Lobato. Para Lima Barreto, obras como *Problema vital*, publicado alguns anos depois de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, em 1918, seriam importantes por “pintar as desgraças de nossa gente roceira”, no entanto o “problema vital” identificado por Lobato após reconhecer o seu equívoco na tese da degeneração do caipira não seria entendido da mesma forma por Lima Barreto. No seu diálogo com Monteiro Lobato, Lima Barreto deixava clara a sua discordância sobre o que seriam o problema vital e a sua solução.

Onde está o remédio, Monteiro Lobato? Creio que procurar meios e modos de fazer desaparecer a fazenda.

Em suma, para não me alongar. O problema, conquanto não se possa desprezar a parte médica propriamente dita, é de natureza econômica e social. Precisamos combater o regime capitalista na agricultura, dividir a propriedade agrícola, dar a propriedade da terra ao que efetivamente cava a terra e planta e não ao doutor vagabundo e parasita, que vive na “Casa Grande” ou no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Já é tempo de fazermos isto e é isto que eu chamaria o “problema vital” (LIMA BARRETO, 2004, p. 458).


Logo, a solução não poderia ficar restrita às medidas parciais propostas pela ciência, sobretudo pela medicina, mas sim à resolução do principal problema que acompanhava o país por séculos. Ou seja, passava pela ruptura com as heranças da escravidão e do latifúndio. Relewa notar que o monopólio da terra e a sua transferência sempre restrita às mesmas famílias impunham domínio precário da terra e forte exploração aos seus agregados. Mantinha-se assim o *status quo* de uma sociedade que ainda tinha no topo da sua hierarquia o que o padre André João Antonil (1982) chamaria séculos atrás de senhores de terras e homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ideias apresentadas por Lima Barreto (2005) indicam, a confirmar suspeitas, que as ciências agronômicas e as formas de cultivo já experimentadas e vividas no Brasil durante séculos entraram em disputa no processo de construção e reconstrução da paisagem agrária brasileira. Esses embates analisados pelo autor estão presentes até os dias atuais – na forma quase sempre de uma guerra aberta por terras e recursos naturais. O reconhecimento ainda frágil da importância das técnicas de cultivo dos povos remanescentes de quilombos e das populações indígenas convive com o favorecimento da grande lavoura – caracterizada pelo uso de agrotóxicos e pela destruição do patrimônio

natural em favor do avanço da fronteira agrícola. A riqueza e a pobreza que grassavam no campo das personagens de Lima Barreto coexistem ainda sem sinais de serem revertidas. Ademais, a concentração de terras na mão de poucos, o desenvolvimento insustentável provocado pela degradação ambiental e a exploração da população pobre do campo ainda marcam os tons do cenário espelhado na paisagem agrária brasileira em que se desenrola *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

Nesse cenário, o temor da perda do mercado externo e das chamadas crises da lavoura fortaleceu os novos atores, como os técnicos agrários, e a ciência seria alçada à salvadora da agricultura nacional. A alcunha dada à lavoura, “a abandonada”, seria uma das máximas para cobrar-se uma atuação mais ativa por parte do Estado para implementar os projetos pensados pelos agrônomos e por uma parcela dos grandes agricultores e estadistas mais próximos da chamada agricultura científica. O termo “a abandonada” foi utilizado por vezes no Império, mas foi adotado de fato após a publicação de um artigo na *Gazeta de Notícias* em junho de 1900²³ denominado “A lavoura: a abandonada”²⁴:



Se o que acabamos de escrever é uma fantasia, se é o eco de lamentações injustas e infundadas, se é a expressão da incúria ou da incompetência de alguns exploradores dessa indústria, então o congresso que continue a cruzar os braços e a deixá-la no tradicional abandono. Basta rejeitá-lo, sem o substituir por outro, para que a lavoura, a pobre abandonada, fique sabendo que nada mais tem a esperar dos poderes públicos (A LAVOURA, 1900, p. 161).

O abandono e o desalento retratados por Olga ao olhar a paisagem agrária brasileira alertavam o leitor de que os abandonados eram outros. De que “a pobre abandonada” não era a grande lavoura ou a elite agrária, que impunha suas demandas nos jornais e nos espaços públicos, mas os homens e as mulheres como Anastácio, senhá Chica e Felizardo – “homem bom, ativo e trabalhador, sem ânimo de plantar um grão de milho” (LIMA BARRETO, 2005, p. 393).

Como seria de se esperar, as ideias apresentadas no romance de Lima Barreto (2005) não se pautaram pelas soluções políticas dadas no período. Aliás, uma solução que

²³ Artigo publicado na *Gazeta de Notícias* e reproduzido na revista *A Lavoura*.

²⁴ O assunto em destaque era o projeto que tratava dos bancos regionais, oferecido à Câmara pelo deputado Cincinato Braga. Aproveitando-se da maior facilidade em se conseguir empréstimos urbanos para dar maior eficácia à sua fala, o deputado asseverava que durante os dez primeiros anos da República as indústrias receberam auxílios diretos e indiretos, como carteiras especiais de instituições de crédito, modificações nas tarifas aduaneiras, entre outras concessões. Por outro lado, a lavoura não teria recebido quase nenhum auxílio, ficando sujeita ao absenteísmo do Estado. Essa situação não seria decorrente da falta de projetos, mas sim da sua demora ou recusa em transformá-los em lei. Por fim, buscando aprovação dos seus pares, abordaria com sensível destaque a situação calamitosa da principal fonte de renda do país.

não partia prioritariamente dos anseios de uma elite agrícola, mas, pelo contrário, de um projeto de ruptura com o sistema territorial e de trabalho vigente provavelmente teria o mesmo fim trágico do seu protagonista. Todavia, a máxima de uma “literatura como missão” (SEVCENKO, 2003), que escorou a obra de muitos dos literatos do período, pode apontar para um futuro mais positivo vislumbrado pelo autor ao apresentar as possibilidades abertas ao se conhecer e reformar os espaços rurais. Talvez, nesse sentido, Lima Barreto parece querer alentar o leitor, ao fechar o romance com um resquício de esperança para a sociedade brasileira e para as mulheres e os homens que compõem a sua paisagem agrária. É pela resistência que se pode alcançar a força para mudar a sociedade brasileira, ou mais bem dito, o resistir que ecoa nas palavras finais proferidas por Olga: “Esperemos mais” (LIMA BARRETO, 2005, p. 411).

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Instruções para os imigrantes**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1897.

A LAVOURA. Rio de Janeiro, 1900-1930.

ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e. O Terceiro Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária. **A Lavoura**, Rio de Janeiro, p. 40-42, set.-out. 1922.

ANDRADE, Manoel Correia de. Uma visão autêntica do Nordeste. In: FREYRE, Gilberto (org.). **Nordeste: aspectos da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. São Paulo: Global, 2004. p. 13-36.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1982.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida dos pobres no campo. In: SEVCENKO, Nicolau e NOVAIS, Fernando (orgs). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, v. 3, 1998. p. 215-289.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: mundo a uma outra modernidade**. São Paulo: 34, 2011.

BELLO, Wenceslao. **A Lavoura**, Rio de Janeiro, p. 62-63, jan-fev. 1906.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOTELHO, Denilson. Sobre os meios e modos de fazer jornalismo na Primeira República: Lima Barreto entre a história e a ficção. **Antíteses**, p. 32-52, jun. 2013.

BRAILOVSKY, Antonio Elio; FOGUELMAN, Dina. **Memoria verde: historia ecológica de la Argentina**. Buenos Aires: Sudamericana, 1991.

CAMINHA FILHO, Adrião. **A experimentação agrícola nas Índias Neerlandesas e a cultura da cana-de-açúcar e a indústria açucareira na Ilha de Java**. Rio de Janeiro: Tip. do Serviço de Informações do Maic, 1930.

CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico: declínio e queda do império.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. v. 6. p. 103-166.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. *In*: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas.** São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 301-310.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso. **A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

COLLOT, Michael. Do horizonte da paisagem ao horizonte dos poetas. *In*: ALVES, Ida; FEITOSA, Marcia Manir Miguel (org.). **Literatura e paisagem em diálogos.** Rio de Janeiro: Makunaima, 2012.

COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890-1914: no tempo das certezas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia.** São Paulo: Unesp, 2012.

COUTY, Louis. **O Brasil em 1884: Esboços sociológicos.** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DÉ CARLI, Gileno. **O drama do açúcar.** Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, [s.d.].

DIAS MARTINS, Francisco. **ABC da agricultura.** Edição especial para o estado de Minas Gerais. São Paulo: Tip. Cardoso Filho, 1914.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. **Ciência: um caso de política.** As relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil-Império. Tese (Doutorado)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

ELPO, Leandro Amorim. **“Você, Quaresma, é um visionário!”: o conflito entre herói e mundo no romance de Lima Barreto *Triste fim de Policarpo Quaresma*.** Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012.

FIORIN, José Luiz. Temporalidade, espacialidade e identidade nacional. *In*: BASTOS, Neusa Barbosa (org.). **Língua portuguesa: história, memórias e intersecções lusófonas.** São Paulo: Educ, 2018. p. 67-80.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil.** São Paulo: Global, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil,** São Paulo, Brasiliense; Publifolha, 2000.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. **Aventuras do Dr. Bogoloff.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2001.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. Problema vital. *Revista contemporânea* 22-2-1919. *In*: LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. **Toda crônica.** Rio de Janeiro: Agir, 2004. p. 456-458.

- LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. In: LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. **Prosa seleta**. Rio de Janeiro: Nova Aguiar, 2005. p. 259-412.
- LINS, Osman. **Lima Barreto e o espaço romanesco**. São Paulo: Ática, 1976.
- MEIRA, Roberta Barros. Entre a experiência e a fantasia: natureza, agricultura e imigração no Brasil do Império. *Fronteiras*, v. 23, p. 85-98, 2014.
- MEIRA, Roberta Barros. Semeando ideias: os discursos em prol do ensino agrícola no Brasil do final do Império às primeiras décadas da República. **Educação Unisinos**, v. 21, n. 2, p. 265-274, maio-ago. 2017.
- MEIRA, Roberta Barros; BOLDORINI, Marília Garcia; CARELLI, Mariluci Neis. Espinhos e flores: a tessitura de uma paisagem agrária na narrativa de Lima Barreto. **Travesía - Revista de Historia Económica y Social**, v.23, p. 33 - 52, 2021.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. **Agronomia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- MURAKAMI, Haruki. **O assassinato do comendador**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2020.
- NEVES, Margarida de Souza. **História da crônica**. Crônica da história. In: RESENDE, Beatriz (org.), *Cronistas do Rio*. RJ: José Olympio/ CCBB, 1995.
- PERECIN, Marly Therezinha Germano. **Os passos do saber: a Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz**. São Paulo: Edusp, 2004.
- PITA, Sebastião da Rocha. **História da América portuguesa**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.
- SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos Cebrap**, n. 79, p. 85, 2007.
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **Lima Barreto: triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SIMAS, Luiz Antônio. **Pedrinhas miudinhas: ensaios sobre ruas, aleias e terreiros**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.
- SIMAS, Luiz Antônio; RUFINO, Luiz. **Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.
- SOCIEDADE NACIONAL DA AGRICULTURA. **Anais do Primeiro Congresso Nacional da Agricultura**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. 2 v.
- ZARRILLI, Adrián. Argentina, tierra de promisión. Una interpretación historiográfica de las relaciones entre la historia rural y la historia ambiental. **Revista História Iberoamericana**, v. 7, n. 1, p. 107-132, 2014.

RECEBIDO EM: 28/03/2022

PARECER DADO EM: 31/05/2022